

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM: CEM ANOS DE LUTAS E PROTAGONISMOS

Tânia Cristina Franco Santos^I ORCID: 0000-0003-2325-4532

Antonio José de Almeida Filho^{II} ORCID: 0000-0002-2547-9906

Camila Pureza Guimarães da Silva^I ORCID: 0000-0002-9957-6944

Marianne Cardoso Batalha^{II} ORCID: 0000-0002-7250-7244

^I Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Enfermagem Anna Nery. Rio de Janeiro, RJ.

^{II} Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Faculdade de Enfermagem. Rio de Janeiro, RJ.



AUTOR CORRESPONDENTE

Tânia Cristina Franco Santos

E-mail: taniacristinafsc@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) tem sua origem estreitamente ligada a Escola de Enfermagem Anna Nery, criada em 1922 e implantada no Rio de Janeiro por uma missão de enfermeiras norte-americanas, patrocinadas pela Fundação Rockfeller. Diplomada a primeira turma desta escola, em 1925, as líderes de enfermagem, brasileiras e estrangeiras, tomaram a iniciativa, em 1926, de fundar a atual ABEn, a qual teve importância decisiva no desenvolvimento da Enfermagem brasileira, representando até 1973, ano de criação do Conselho Federal de Enfermagem, a única entidade organizativa da profissão⁽¹⁻²⁾.

A Associação Brasileira da Enfermagem foi criada em 12 de agosto de 1926, sob a denominação de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (ANED). Em 1º de junho de 1929, com o objetivo de ingressar no *Internacional Council of Nurses (ICN)* a entidade incorporou gentílico “brasileiras”, tornando-se Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB). Esta denominação permaneceu até 7 de agosto de 1944,

quando ocorre a reforma do estatuto da entidade e esta passa a se chamar Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED). Em 1954, a ABED passou a ser denominada Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), nome que permanece vigente até os dias atuais⁽¹⁻²⁾.

A expansão da ABEn pelo território nacional, consolidada por meio de suas Seções, Regionais e Núcleos, constituiu uma estratégia exitosa para a manutenção de sua unidade institucional. A primeira Associação estadual foi criada em São Paulo, em 1945. Importante ressaltar que, todas as seções estaduais preservaram e preservam o nome da Associação, acrescida da palavra seção e do nome do estado. Essa padronização não apenas evidencia a união da Associação, como também ratifica sua força política e representativa através das seções. Na atualidade, a ABEn conta com 24 seções, além da seção Roraima em fase de construção⁽³⁾.

No curso de cem anos, observa-se o protagonismo crescente da participação da ABEn na promoção do desenvolvimento científico e profissional. Tal protagonismo é derivado do capital simbólico angariado pela Associação, em face do reconhecimento de sua importância para a profissão. Nesse sentido, o texto em tela tem como fio condutor responder as seguintes questões: 1) Que marcos históricos conferem visibilidade e valorizam o saber e o fazer da enfermagem na sociedade? 2) Quais foram as pautas defendidas pela enfermagem no curso de sua história?

Nesse mister, delimitamos alguns temas privilegiados de sua influência, quais sejam, atuação da ABEn na produção, formação e difusão do conhecimento; na preservação da memória da profissão, no exercício profissional e movimentos sociais. A elaboração deste texto, vinculada ao Eixo 1: Um século de lutas, resistências e conquistas da 87ª Semana Brasileira de Enfermagem, justifica-se pela necessidade de sistematizar uma análise reflexiva sobre o centenário da ABEn. A narrativa ao recuperar marcos históricos que consolidam a trajetória exitosa de uma instituição relevante para o desenvolvimento da profissão também resgata sua importância na defesa vida e do Sistema Único de Saúde.

PROTAGONISMO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM NA PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

A Associação Brasileira de Enfermagem criou, em 1932, o primeiro periódico da enfermagem brasileira, sob a denominação de Annaes de Enfermagem, atualmente denominado Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn). Essa realização constituiu indicador de que a enfermagem brasileira já havia acumulado, à época, um certo volume de experiências e reflexões sobre sua prática, as quais seriam divulgadas por enfermeiras que atuavam em instituições de ensino, em cargos de direção de serviço e de instituição

e a direção da própria revista; ou seja, enfermeiras reconhecidas como porta-vozes autorizadas e competentes para se manifestar em espaços de difusão de saberes^(1,4).

Em 2026, a REBEn completará 94 anos de existência. Vale ressaltar que, a criação da revista, da Semana da Enfermeira, e do Congresso Nacional de Enfermagem (1947), além de possibilitarem uma melhor comunicação entre as enfermeiras,

A realização da "Semana da Enfermeira", em 1940, constituiu um importante espaço para as discussões dos assuntos relativos à profissão, configurando-se em uma estratégia incessante de luta histórica por reconhecimento social. A partir de 1960 passou a ser denominada Semana da Enfermagem. Em 2025, no período de 12 a 20 de maio foi realizada a 86ª versão.

O primeiro Congresso Nacional de Enfermagem ocorreu em São Paulo, nas dependências da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, no período de 18 a 22 de março de 1947. O tema central intitulava-se "Elaborar, em conjunto, um programa eficiente de enfermagem, visando o desenvolvimento da profissão em um plano elevado". Sendo assim, o tema do evento já em sua primeira versão demonstrava a preocupação de suas organizadoras em uma construção coletiva em prol dos avanços.

Além disso, a realização de um congresso nacional evidencia cabalmente o investimento da Associação em produzir espaço para acumulação de capital de instituição, ou seja, um tipo de visibilidade e reconhecimento que é incorporado pela participação em reuniões científicas. Entre 1947 e 1955, portanto do primeiro ao oitavo, o evento chamou-se Congresso Nacional, a partir do nono, em 1956, Congresso Brasileiro de Enfermagem, denominação atual. Vale destacar que, no ano de 2026 será realizada a 76ª versão do Congresso Brasileiro de Enfermagem.

Os Congressos Nacionais de Enfermagem consolidaram-se como uma das realizações mais importantes da ABEn, pois constituíram fonte de inspiração do desenvolvimento da enfermagem como profissão, e dos enfermeiros como cidadãos úteis à sociedade. Ao final dos congressos, eram aprovadas as recomendações que seriam encaminhadas às diferentes instâncias de definições políticas. Essas recomendações eram importantes para orientar as ações das diversas diretorias da ABEn⁽³⁾.

Em 1957, dez anos após a realização do primeiro congresso, a ABEn institucionalizou o prêmio Edith de Magalhães Fraenkel, o qual premiava os melhores trabalhos relativos "à pesquisa em enfermagem". Este também foi o primeiro prêmio a ser criado pela ABEn. A outorga desse prêmio não funcionava apenas como um estímulo para o incremento da produção científica; configurava-se também como um dispositivo de distinção, pois, principiava a demarcação de diferenças sociais que valorizariam o conhecimento científico das enfermeiras diante de uma nova ordem que anunciava a importância da pesquisa para o desenvolvimento da enfermagem brasileira⁽⁶⁾.

Por decisão da ABEn, em 1970, um ano após a morte de Edith de Magalhães Fraenkel, o prêmio passou a ser oferecido ao melhor trabalho de pesquisa apresentado como tema livre no Congresso. Essa alteração contribuiu para ampliar o número de participantes interessados em concorrerem ao prêmio, estimulando a melhoria da qualidade dos trabalhos apresentados e, por conseguinte, uma maior visibilidade da existência de premiação no congresso junto à comunidade científica de enfermagem⁽⁶⁾. Essa visibilidade também era importante para o ganhador do prêmio porque o capital científico é uma espécie particular de capital simbólico (prestígio, boa reputação, fama) que consiste no reconhecimento ou crédito científico atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico.

Dessa forma, a premiação do trabalho conferia prestígio tanto ao outorgado quanto à personalidade que o nomeava. Depreende-se que vincular o nome de Edith a um prêmio e à expansão de sua área temática simboliza uma estratégia de consagração e perenização dos fundadores da enfermagem nacional. Essa forma de nomeação imortaliza a pessoa representada e preserva sua memória para a posteridade, permitindo a expressão intencional de uma identidade social. Seguindo essa tradição, o Congresso Brasileiro de Enfermagem oferece atualmente 13 prêmios que celebram e eternizam personalidades expoentes da profissão no país.

Em 1960, foi publicado o Relatório Final do Levantamento, intitulado "Diretrizes para a Enfermagem no Brasil", cuja elaboração iniciou em 1957. A partir dos resultados do levantamento foram elaboradas recomendações, as quais foram encaminhadas a alguns Ministérios, Universidades, Escolas e Cursos de Enfermagem, de Auxiliares, entre outras instituições. Os resultados não só apontaram para questões mais gerais da profissão, como também significaram a identificação de dados que serviram de parâmetro para análise das condições de saúde da população e da situação dos profissionais no exercício de suas funções⁽⁷⁾.

É inquestionável que a iniciativa da ABEn foi efetiva, no sentido de se fazer ver e se fazer crer, por meio da realização do Levantamento, conquistando, desde então, espaço reconhecido para um discurso autorizado, baseado em dados concretos, para lutar a favor do desenvolvimento da enfermagem no Brasil. Nessa perspectiva, os diversos tipos de capital (social, econômico e simbólico) que conseguiu acumular e mobilizar a seu favor mostrou-se eficaz durante a realização do Levantamento, inclusive para dar credibilidade à pesquisa e conseguir apoio de outras instituições, a fim de que viabilizassem e realizassem o Estudo⁽⁷⁾. Sem dúvidas, o Levantamento deixou um legado para a enfermagem brasileira, ao marcar o início da pesquisa científica de enfermagem no país, com grandes números e trazer a público, a capacidade das enfermeiras de levar a bom termo um estudo dessa monta, os qual permitiu diagnosticar a enfermagem brasileira.

Em 1962, foi criada a Comissão de Documentação e Estudos, cujo propósito de produzir informações estatísticas necessárias aos trabalhos da Associação Brasileira de Enfermagem e ao atendimento das solicitações dos órgãos públicos e dos meios de comunicação. Esta comissão foi oficializada e normatizada no Estatuto da ABEn de 1965. No que diz respeito ao campo educacional, a Comissão de Documentação e Estudos deu continuidade ao Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem, com a elaboração, em 1969, de um documento referente à situação das Escolas de Enfermagem, no período de 1956 a 1969. Esse documento foi publicado, de forma resumida, em um folheto, o qual apresentava a evolução do ensino de enfermagem, incluindo dados estatísticos e informações sobre o pessoal de enfermagem. Vale ressaltar que os relatórios da comissão retratavam a situação de Enfermagem quanto ao preparo quantitativo de seus profissionais, possibilitando o planejamento de ações futuras⁽⁶⁾.

Durante toda a década de 1960, a ABEn envidou muitos esforços em prol da profissão, um deles foi no tocante à comunicação de feitos da enfermagem brasileira. Nesse sentido, a Revista Brasileira de Enfermagem e os boletins informativos da Associação, divulgaram que, Gleite de Alcântara, ex-presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (Gestão 1952-1954), fora aprovada no concurso para provimento do cargo de Professor Catedrático na cadeira nº4 – História da Enfermagem e Ética para a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP). Gleite defendeu a tese intitulada “A Enfermagem Moderna como Categoria Profissional: Obstáculos a sua Expansão na Sociedade Brasileira”, tornando-se a primeira enfermeira da América Latina a ocupar o cargo de Professor Catedrático, na atualidade correspondente ao de Professor Titular⁽⁶⁾.

Um ano depois, em 1964, a ABEn, por ocasião da realização do XVI Congresso Brasileiro de Enfermagem, em Salvador, Bahia, os participantes discutiram pela primeira, a temática “Enfermagem e Pesquisa”. Nesse Congresso, as discussões resultaram em recomendações à ABEn, às professoras de enfermagem e às chefes de serviço, sobre a incorporação da pesquisa em suas práticas assistenciais. Essa estratégia pioneira é cabal no sentido de evidenciar a vanguarda da Associação Brasileira de Enfermagem no tocante à pesquisa integrada ao ensino e à assistência⁽³⁾.

Não obstante, antes mesmo da publicação das recomendações oficiais do Congresso, um editorial publicado na REBEn havia discorrido sobre a importância de qualificação profissional. O texto ressaltava que o aprimoramento da enfermeira deveria ser fomentado por meio de cursos, conferências e seminários, promovidos em âmbito nacional pelas Escolas de Enfermagem, pela ABEn e demais instituições. Essas recomendações refletiam a compreensão de que o desenvolvimento da pesquisa é fundamental para a acumulação de capital científico e para a obtenção de reconhecimento perante os pares⁽⁶⁾.

Nesse cenário, a Reforma Universitária (Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968) estabeleceu o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, instituindo a exigência de pós-graduação *stricto sensu* para a carreira docente. Antecipando-se a essas transformações na educação brasileira, a ABEn debateu as implicações da reforma para a formação do enfermeiro já no Congresso Brasileiro de Enfermagem de 1967 e em edições subsequentes. No XXI CBE_n, em 1969, Amália Corrêa de Carvalho e Circe de Melo Ribeiro, então presidente e vice-presidente da Associação, apresentaram a 'Declaração de Princípios', formalizando o posicionamento da entidade sobre a educação profissional. Em suas apresentações, ambas reiteraram que o currículo de enfermagem deve desenvolver a capacidade crítica e de pesquisa do estudante. Além disso, enfatizaram necessidade de formação pós-graduada *stricto sensu* para a atuação no magistério superior e também destacaram que a formação pós-graduada é essencial para uma prática assistencial de qualidade⁽⁶⁾.

Sem dúvidas, a Associação Brasileira de Enfermagem esteve presente em todo o processo de institucionalização da pós-graduação em enfermagem no Brasil. Antes mesmo da criação do primeiro curso de mestrado em enfermagem, em 1972, na Escola de Enfermagem Anna Nery, a Associação assumiu o compromisso de reunir os enfermeiros em seus congressos para discutir os impactos da Reforma Universitária de 1968. Destes congressos, emergiram recomendações e diretrizes que serviram de guia para estratégias em prol do desenvolvimento técnico-científico da profissão⁽⁶³⁾.

Nesse contexto, às vésperas da criação do primeiro mestrado em enfermagem no país, destaca-se a proposta de criação de um centro de pesquisas voltado especificamente à enfermagem brasileira, apresentada por Haydée Guanais Dourado na Assembleia de Delegados, ocorrida em 1971, em Manaus. Tal iniciativa deu origem ao Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem (CEPE_n), cuja implantação oficial ocorreu em Assembleia de Delegados, realizada no Rio de Janeiro, em 1976, por ocasião da aprovação da reforma dos Estatutos da ABEn⁽⁶⁾.

Como marco inicial de sua consolidação jurídica, o CEPE_n realizou o primeiro seminário de pesquisa. O seminário, realizado em 1979, denominou-se "Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem (SENPE)". Em 2025, ocorreu a edição conjunta do 23º SENPE com o 4º Seminário Internacional de Pesquisa em Enfermagem (SINPE). Este último foi criado em 2019 com o objetivo de internacionalizar os debates da profissão.

Outros eventos temáticos foram criados, com particular incremento nas décadas de 1990 e 2000. A ABEn promoveu, em 1994, o primeiro Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEn); em 1991, o Simpósio Nacional de Diagnóstico de Enfermagem (SINADEn); em 2003, o Seminário Internacional sobre o Trabalho na Enfermagem (SITEn); em 2007, o Seminário Nacional de Diretrizes para Enfermagem

na Atenção Básica em Saúde (SENABS); e, desde 2012, o Colóquio Latino-Americano de História da Enfermagem (CLAHEn), em sua terceira versão. Em 2025, foi realizada a 7ª versão.

PROTAGONISMO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

A preservação da memória da Enfermagem brasileira sempre foi preocupação das sucessivas gestões da Associação Brasileira de Enfermagem desde a sua criação, em 1926. O expressivo acervo documental acumulado e preservado ao longo de cem anos reflete o compromisso, notadamente de suas presidentes, com a guarda, organização e classificação preliminar do acervo.

Como manifestação emblemática e precursora da transposição do acervo documental em lugar de memória, destaca-se o documentário intitulado "Associação Brasileira de Enfermagem: 1926-1976", publicado em 1976 por Anayde Corrêa de Carvalho. Esta obra, de relevância perene, evidencia a importância da preservação das fontes documentais.

Ao longo do centenário da entidade, o empenho contínuo de sucessivas gestões culminou na consolidação do Centro de Memória da Enfermagem Brasileira (CEMEnf). Inaugurado em 4 de agosto de 2010, na sede da ABEn Nacional, em Brasília-DF, o Centro materializa o compromisso histórico da Associação com a preservação da memória e, por conseguinte, da identidade profissional. Como importante laboratório de pesquisa para historiadores das áreas da saúde e da enfermagem, o CEMEnf guarda um inestimável acervo de fontes históricas, com elevada contribuição na preservação da memória institucional da entidade e da enfermagem brasileira. O CEMEnf representa a concretização de um projeto de todas as diretorias da ABEn⁽¹⁾

Nesse sentido, o Centro de Memória da Enfermagem Brasileira deve ser compreendido como um patrimônio de natureza material e simbólica. Sob essa perspectiva, os arquivos históricos constituem instâncias epistêmicas fundamentais, indispensáveis para a análise e a compreensão dos eventos pretéritos que alicerçam a identidade da profissão.

Em 2009, a ABEn criou a História da Enfermagem: Revista Eletrônica (HERE), no âmbito do Fórum Permanente de Pesquisadores de História da Enfermagem. Atualmente, o periódico está vinculado à Diretoria de Publicações e ao Departamento de História da Enfermagem da ABEn. Nesse sentido, a criação da HERE constitui-se como um bem simbólico para os pesquisadores da área, pois a conquista de um espaço editorial específico, chancelado pela ABEn, formaliza o reconhecimento do capital científico acumulado pelos pesquisadores. Essa institucionalização não apenas valida o volume de pesquisas produzidas, mas também lhes confere visibilidade, pois, uma revista não é apenas um

meio de divulgação, mas um instrumento de legitimação que transforma o trabalho de pesquisa em um bem reconhecido pela comunidade científica.

Criado em 2010, o Departamento Científico de História da Enfermagem (DHE) da ABEn Nacional representa os interesses dessa Associação na guarda e mapeamento do patrimônio material e imaterial da enfermagem brasileira. Busca a conexão e acesso entre pesquisadores nacionais e internacionais de História da Enfermagem e da Saúde, ao lado de reunir um significativo capital científico para a promoção e preservação da história da enfermagem em seus diferentes âmbitos de atuação e contextos socioeconômicos. Dispõe de listagem de consultoria para Assuntos de História da Enfermagem. A interdisciplinaridade que permeia a área de conhecimento de história da enfermagem é ponto de destaque nas realizações do DHE.

Em 2023, no âmbito do 74º Congresso Brasileiro de Enfermagem, que ocorreu em novembro do referido ano no Rio de Janeiro, foi lançado o projeto intitulado “Casa ABEn: memorial da enfermagem brasileira”, que trata de um metamemorial virtual da Associação, de modo a divulgar a história da enfermagem através da ABEn, destacando suas lutas e seus ganhos simbólicos acerca da construção de políticas de Educação em Enfermagem e Saúde no Brasil. O projeto permite o acesso de pesquisadores, estudantes e a sociedade, ao acervo da Associação, visando a valorização e preservação da história e da identidade profissional.

PROTAGONISMO DA ASSOCIAÇÃO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Até o ano de 1970, a ABEn foi a única entidade organizativa da profissão, exercendo protagonismo histórico na proposição e discussão de dispositivos legais que fundamentaram a profissão. Sua atuação foi determinante na tramitação de marcos regulatórios essenciais, tais como: o Decreto nº 20.109, de 15 de 1931, o qual regulou o exercício profissional e fixou as condições para a equiparação das escolas de enfermagem; as Leis nº 2.604, de 17 de setembro de 1955 e nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõem sobre a regulamentação do exercício profissional; e a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, responsável pela criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem⁽⁸⁾.

Importante destacar que as lideranças da ABEn empreenderam uma mobilização persistente ao longo de 28 anos com o objetivo de criar um órgão fiscalizador da profissão. Como marco inicial desse processo, o primeiro anteprojeto de criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Enfermagem foi protocolado na Divisão de Organização Sanitária (DOS) do Ministério da Educação e Saúde em 24 de agosto de 1945, sob o processo nº 56.267/45⁽⁸⁾.

A compreensão desse fenômeno fundamenta-se na premissa de que o capital simbólico acumulado pela ABEn na sociedade brasileira, operou como um crédito social de alta distinção. Essa posição de prestígio conferiu à entidade a condição de porta-voz legítima da enfermagem, outorgando-lhe a autoridade necessária para lutar pela institucionalização jurídica da profissão.

A ABEn também tem sido vigilante quanto às condições laborais da enfermagem, somando-se aos esforços com as demais entidades representativas da Enfermagem brasileira. Essa atuação fundamenta-se na premissa de que o exercício profissional está intrinsecamente vinculado ao exercício da cidadania; portanto, a garantia de condições dignas deve ser assegurada tanto aos profissionais quanto aos usuários do sistema de saúde. Tal compromisso se coaduna os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Historicamente, a Enfermagem brasileira tem contribuído para a construção de políticas públicas de educação em saúde baseadas na equidade, na responsabilidade social e na defesa da vida. Sob esses preceitos, a participação da Associação tem sido fundamental nos debates, reafirmando sua defesa de uma formação em saúde socialmente referenciada e comprometida com o SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória centenária da Associação Brasileira de Enfermagem transcende a mera descrição cronológica; sua história se mescla com a história da enfermagem e da saúde, consolidando-se como um bem simbólico para a profissão. Conclui-se, portanto, que celebrar os cem anos da Associação é, fundamentalmente, renovar o compromisso ético com a defesa do SUS e com uma Enfermagem que, ciente de sua historiografia, projeta-se como força social indispensável para a justiça e a dignidade humana no próximo centenário.

REFERÊNCIAS

1. SantosTCF. A ABEn e a preservação da memória profissional: implantação do Centro de Memória da Enfermagem Brasileira. *Rev Bras de Enferm.* 2013;66(spe):165-70. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000700021>
2. 2.Teixeira KRB, Queirós PP, Marques MGMM, Abreu MSA, Almeida-Filho AJ. Brazilian Nursing Association: fight for space in the new federal capital. 2021;74(3): e20200701 <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0701>
3. 3.Cabral IE, Almeida-Filho AJ. 85 years of ABEn® and 80 of REBEn® promoting the scientific and professional development of Brazilian Nursing. *Rev Bras de Enferm.* 2013;66(spe):13-23.<https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000700002>

4. Santos TCF, Oliveira ST. Rachel Haddock Lobo: vida profissional e sua contribuição para a REBEn. Rev Bras de Enferm. 2002;55(3):264-68. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672002000300004>
5. Mancia JR, Padilha MICS, Ramos FR, Cordova FP, Amaral NV. The Brazilian Nursing Congress: sixty years of history Congreso Brasileño de Enfermería: sesenta años de historia. Rev. Bras. Enferm. 2009; 62 (3):471-79. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672009000300023>
6. Pereira LA, Santos TCF. The pioneering role of the Brazilian Nursing Association in research development: from the journal to the research center. Esc Anna Nery. 2013;17 (3):526 – 533. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452013000300017>
7. Malta DV, Pereira LA, Santos TCF. Notícias do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem na Revista Brasileira de Enfermagem (1955-1958). Rev Bras Enferm. 2014;67(5):679-83. <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2014670502>
8. França IC, Aperibense PGG, Progianti JM, Peres MAA, Almeida Filho AJ, Santos TCF. Organizational politics and professional struggles in Nursing. Rev Bras Enferm. 2023;76(1): e20220180. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0180pt>

CONFLITO DE INTERESSE

Não há.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Os autores utilizaram "GEMINI" com o objetivo de aprimorar a coesão textual e a clareza linguística. Após a etapa de suporte tecnológico, o conteúdo foi revisado pelos autores, que assumem total responsabilidade pela precisão e originalidade dos dados.